I

O PROEJA NO COLÉGIO PEDRO II E O DESAFIO DE SE PENSAR A EJA CONTEMPORÂNEA*

Anderson José L. Baptista¹

Apresento neste capítulo o resultado de pesquisa desenvolvida entre os anos de 2012 e 2014, em ocasião do curso de Mestrado em Educação, cujo objetivo foi, tomando como locus privilegiado para análise a perspectiva dos alunos, refletir sobre o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e sua inserção no Colégio Pedro II. Trata-se de um exercício de demarcação, ou quem sabe de resgate de uma experiência, que apesar de contradições e problemas vivenciados em seu transcurso, significou e ainda significa importante avanço no campo da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, hoje seriamente ameaçado pelos rumos das políticas em curso.

Infelizmente a EJA não costuma figurar no centro das prioridades de investimento educacional e muito menos a lista de assuntos estratégicos para o desenvolvimento nacional, afinal estamos falando de uma modalidade de ensino historicamente tratada à margem das políticas públicas e durante muito tempo reduzida a uma concepção de educação supletiva voltada a jovens e adultos que não conseguiram concluir distintas fases da educação básica no tempo socialmente convencionado como ideal.

A nossa Carta Constitucional de 1988 reconhece a educação como direito social que deve ser assegurado pelo Estado e pela família. Um dos seus princípios fundamentais está na garantia de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 2010, Artigo 206, Inciso I). A simples necessidade de uma modalidade de ensino voltada para um público que não desfrutou do direito ao acesso ou a permanência na escola, por quaisquer que sejam os motivos, levam a inferir que tal direito tem sido negado. A EJA assume implicitamente o papel de garantir a não perpetuação dessa negação.

*DOI – 10.29388/978-65-86678-41-3-0-f.25-42

¹ Graduado em História, Mestre e Doutor e em educação pela Universidade Federal Fluminense. Professor na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, tem se dedicado a pesquisas nos campos da Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular e Formação Profissional.

Paiva (2009, p. 61) aponta que o direito à educação é uma construção social, o acesso ao conhecimento, um “bem cultural simbólico das civilizações”, não se trata de direito natural. O “ter acesso a esse bem constitui o direito e, por oposição, não ter acesso, o não direito” (Paiva, 2009, p. 61). No caso específico do público da EJA, há, explicitamente, um quadro de direito negado *a priori* dando a essa modalidade de ensino um caráter de resgate, pois a mesma sociedade que constrói a lógica do direito à educação o nega a alguns.

Algumas questões emergem da compreensão e apropriação da EJA como direito. Entre elas, a de que está para além da realidade escolar e que, por isso, precisa ser considerada na perspectiva de uma formação ao longo da vida a ser relacionada diretamente com a questão do trabalho. Além disso, suas especificidades enquanto modalidade de ensino da educação básica precisam dar o tom de qualquer política que vise atendê-la.

Diversos programas voltados à educação de jovens e adultos foram criados ao longo da história brasileira. Porém, muitos tinham o foco na alfabetização e partiam de premissas que ignoravam ou negavam a perspectiva do direito. O Proeja foi implementado no ano de 2005, através do Decreto nº 5.478/05, sendo, posteriormente, em 2006, revogado e substituído pelo Decreto nº 5.840/06, que ampliou sua previsão de atendimento, incluindo o ensino fundamental, Redes Municipais, Estaduais, Sistema S e o Colégio Pedro II (CPII).

A pesquisa tem como recorte e objeto de análise, o Proeja no Colégio Pedro II, escolha que não ocorreu por acaso. Instituição socialmente reconhecida, localizado no estado do Rio de Janeiro, o CPII foi criado no século XIX, destacando-se na história da educação no Brasil como primeiro colégio laico, humanitário e propedêutico do país. Contou em seus quadros docentes e discentes, ao longo de sua existência, com figuras bastante conhecidas no cenário nacional e acumulou o *status* de escola de excelência.

Além de tecer uma análise da realidade do Programa no CPII enquanto política educacional, pude refletir sobre o processo de entrada do Proeja naquela instituição e sobre características, experiências e perspectivas de sujeitos ali inseridos. O estudo privilegiou a análise do encontro das distintas realidades do CPII e da EJA, não partindo da premissa de que um colégio de excelência seja um não lugar para esta modalidade de ensino, mas considerando que nele se consolidou historicamente, por conta dos seus rígidos processos de seleção, um estereótipo de alunos padrões, distinto em diversos aspectos daqueles que costumam compor os quadros do público da educação de jovens e adultos. Uma das hipóteses que fundamentaram o trabalho foi a de que esse encontro de rea-

lidades “distintas” pode ajudar na reflexão e em proposições sobre os rumos da EJA atual.

A pesquisa seguiu uma metodologia qualitativa sem, contudo, abrir mão de instrumentos quantitativos, que possibilitaram um olhar mais apurado para o objeto. Foi o caso dos dados trabalhados de questionários fornecidos pelo CPII, geralmente respondidos pelos alunos no momento de ingresso no Proeja, os quais possibilitaram a criação de um banco de dados com perfil dos alunos do *campus* Centro do CPII. Esses questionários têm uma média de vinte perguntas abertas e fechadas, variando entre perfil, renda, ocupação, trajetória escolar, disciplinas com maior dificuldade, tempo dedicado aos estudos e hábitos de diversão. Para a pesquisa foram selecionados dados referentes a sexo, idade, realidade econômica, motivações para fazer o curso, realidade profissional e trajetória escolar.

Além da análise dos questionários, os dados da pesquisa foram produzidos a partir de revisão bibliográfica sobre formação profissional, Proeja e EJA, análise de documentos e legislações, além de entrevistas com gestores, professores, funcionários, alunos e egressos do Proeja no *campus* Centro do CPII.

As entrevistas seguiram uma abordagem biográfica, considerando as trajetórias de vida como fator fundamental para compreender as experiências e vivências na escola. Os seus objetivos foram de entender como os alunos se percebem dentro de uma instituição como o CPII, estabelecer leituras e críticas sobre o Colégio e o Proeja em si; compreender o funcionamento do Programa em seu cotidiano e analisar percepções dos demais sujeitos envolvidos diretamente no Proeja sobre os alunos, a EJA e o próprio Colégio Pedro II.

Entre os autores que contribuíram com o estudo, sobretudo com as questões que serão apresentadas nesse texto, destacam-se Danilo Martuccelli (2007; 2010), que fundamentou o olhar para os sujeitos da pesquisa, principalmente com contribuições da sociologia contemporânea, assim como Jane Paiva (2009), Maria Margarida Machado (2009), Campos e Haddad (2006) que ajudaram a refletir sobre a EJA contemporânea e o Proeja.

Sem a pretensão de apresentar todas as questões expostas no documento final da dissertação, evidencio nesse capítulo resultados da pesquisa em três esferas: brevíssima apresentação do processo histórico de criação do Proeja, o que por si só configurou importante avanço, características do Proeja no CPII, o perfil dos alunos e alguns achados específicos da experiência estudada.

Proeja, elementos de uma história que vale ser contada

O Proeja foi criado em um momento em que os olhos do país estavam voltados à primeira gestão de um presidente oriundo das camadas populares, contexto no qual a Educação Profissional passava por reestruturação e a educação de jovens e adultos emergia com certo destaque. Fernando Henrique Cardoso (FHC), cujo governo antecedeu ao do presidente Lula, havia golpeado duramente a educação de jovens e adultos e a educação profissional do país, impondo vetos importantes em relação às políticas de verbas para a EJA e separando o ensino médio do ensino técnico, em 1997. No entanto, em 2004, o governo Lula restabeleceu a educação profissional integrada ao ensino médio, além de ter se mostrado mais disposto a investir em uma política nacional de educação de jovens e adultos.

A primeira tentativa de implantação do Proeja a partir do Decreto nº 5.478/05 não foi bem sucedida, contou com sérios questionamentos das instituições federais que se viram obrigadas a destinar 10% de suas vagas para o Programa. A fragilidade da medida evidenciou-se pela singularidade da proposta, inviabilizada pelo caráter impositivo, uma vez que as instituições, na maioria dos casos, nunca tinham trabalhado com a EJA. As poucas escolas federais que possuíam alguma experiência com essa modalidade de ensino, não a possuíam com a perspectiva curricular prevista no Proeja. Isso sem contar com ausência de um corpo docente e de demais profissionais preparados para o desafio.

Outra questão que aguçou as críticas ao Decreto n.º 5.478/2005 se relaciona à carga horária prevista para os cursos do Proeja. O texto falava em carga horária máxima enquanto, conforme Santos (2008, p. 2), “o usual em Educação é a carga horária mínima”.

O diálogo com distintos atores envolvidos ou interessados no Programa ocorreu após a chegada de Jaqueline Moll à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/Mec). Isso marcou o processo de reformulação do Proeja. As especificidades desse processo histórico, marcado pela participação de representantes das instituições federais e distintos atores da sociedade civil, deu ao Programa algumas características que lhe conferem certas peculiaridades no quadro da educação nacional.

Além do Decreto nº 5.840/2006, o momento também culminou com a publicação do Documento Base Proeja (Brasil, 2007), no qual estão as concepções e direcionamentos teóricos e operacionais que pautam o Programa. Entre

eles, a proposta de uma associação da EJA com a Educação Profissional a partir de um currículo integrado.

[...] o que se pretende é uma integração epistemológica, de conteúdos, de metodologias e de práticas educativas. Refere-se a uma integração teoria-prática, entre o saber e o saber-fazer. Em relação ao currículo, pode ser traduzido em termos de integração entre uma formação humana mais geral, uma formação para o ensino médio e para a formação profissional. (BRASIL, 2007, p. 41)

A perspectiva do currículo integrado é alinhada com o conceito de politecnia, que aparece no documento a partir da concepção do trabalho como princípio educativo. De certa forma, esse fato evidencia, pelo menos no texto referente ao Proeja Ensino Médio (Proeja - Médio), objeto de análise da pesquisa, um rompimento com a lógica de formação de mão de obra exclusivamente para o mercado. Há uma clara opção epistemológica que pode ser lida na “referência explícita desse Documento ao trabalho como princípio educativo e à integração entre trabalho, ciência e tecnologia e cultura” (MOURA; PINHEIRO, 2009, p. 93).

Autores do campo trabalho e educação já discutem há algum tempo no cenário nacional, a importância e necessidade de se pensar o trabalho como princípio educativo. Partem geralmente da dimensão ontológica dos conceitos de trabalho e educação, o que implica romper com a concepção que relaciona trabalho a emprego, salário, e propõe uma formação limitada ao suprimento de mão de obra para o mercado. Significa uma opção distinta ao modelo que converteu tanto o trabalho como a ciência e tecnologia, em mercadoria, em elementos de lucro em detrimento do valor de uso que os mesmos deveriam ter para sociedade como um todo. Conforme destaca Frigotto (2012, p. 60), não se trata apenas de uma “técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas sim um princípio ético-político”.

Reconhecendo as especificidades de sua proposta e o desafio de formar mão de obra qualificada, o Programa contou com duas ações que tinham o objetivo de sua viabilização: a previsão de oferta de cursos de pós-graduação voltados ao Proeja e o fomento à pesquisa através do Edital Proeja Capes/Setec nº 03/2006, que estimulou projetos conjuntos de pesquisas entre universidades e instituições federais. Ações que ratificam na natureza do Programa o reconhecimento de demandas importantes para EJA.

Outra característica relevante do Proeja se relaciona ao fato de ter sido pensado para lidar com demandas do público jovem, embora não possa se fur-
tar de atender ao público mais velho. Ao traçar um diagnóstico da realidade
educacional brasileira no campo da EJA, o Documento do Ministério da Edu-
cação destaca a grande presença de jovens nessa modalidade de ensino. Parte da
hipótese de que tais jovens voltariam à escola acreditando que a baixa escolaridade
seria um dos fatores responsáveis pelo seu desemprego, nesse sentido se
coloca como uma possibilidade para esses sujeitos se reconstruírem em suas di-
nâmicas de vida social, proporcionando-lhes o acesso aos direitos à educação e
ao trabalho.

O Proeja no CPII e o perfil dos alunos

A chegada do Proeja no CPII representou um desafio para instituição
que até então não havia trabalhado com a modalidade de EJA. A educação pro-
fissional já era oferecida no Colégio, porém, diferente de outras instituições que
abrigaram o Programa, como os Institutos Federais, por exemplo, essa nunca
foi a sua principal linha de atuação. Um exemplo é que entre os anos de 2009 e
2012, teve um número próximo de 14.300 alunos matriculados no Ensino Mé-
dio Regular e apenas 2.600, aproximadamente, no Ensino Médio Técnico.

Os cursos oferecidos no Proeja do CPII são o Técnico em Manutenção
e Suporte em Informática, Técnico em Administração e Técnico em Manuten-
ção Automotiva. Este último em Parceria com o Centro Federal de Educação
Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ). O curso Técnico em Infor-
mática já era realizado pelo Colégio na modalidade regular. O de Administração
não requeria uma estrutura de laboratórios e o Técnico em Manutenção Auto-
motiva aproveitou a estrutura física do Cefet para parte técnica, cabendo ao
CPII apenas a propedêutica. Não houve um investimento específico na estru-
tura da instituição para criar os cursos do Programa.

Ao proporcionar o encontro da EJA com uma instituição como o
CPII, o Proeja provocou o encontro de sujeitos, em muitos casos marcados por
interrupções em suas trajetórias escolares, com uma instituição socialmente re-
conhecida pela excelência e detentora de grande significado simbólico. Dados
levantados nos questionários respondidos pelos ingressantes no Proeja do CPII
campus Centro, entre 2006 e 2012, ajudam-nos conhecer um pouco do perfil so-
cial destes sujeitos, cujas características os afastam do perfil de aluno padrão do

Colégio não pela condição econômica em si, mas pelas trajetórias escolares marcadas por interrupções e descontinuidades.

Em relação a essas trajetórias, os dados confirmam que 61% dos alunos interromperam uma ou mais vezes os estudos durante o ensino fundamental. Apenas 32% não tiveram descontinuidades nessa fase da educação. Trata-se de alunos que chegaram ao Proeja após terem ficado um período sem estudar depois da conclusão da primeira etapa da educação básica, ou por serem casos de distorção idade série no ensino fundamental, ou ainda por terem interrompido o próprio ensino médio. Ou seja, os 32% que não vivenciaram interrupção da trajetória escolar durante o Ensino Fundamental, a vivenciaram na transição para ou no ensino médio, números que reforçam a característica de interrupções de trajetórias escolares no perfil do grupo.

Outro dado evidenciado na análise das características dos alunos, refere-se a questão de gênero, cuja diferença é ligeiramente superior para o feminino, com um número 2% superior de mulheres. Tal superioridade numérica não é fenômeno exclusivo do Proeja no CPII. Conforme pode ser visto na tabela abaixo, há, em geral, uma tendência nacional que apresenta maior número de mulheres na escola, com exceção apenas do ensino fundamental. E no caso específico da EJA no território nacional, os números são idênticos aos do Proeja no CPII *campus* Centro.

Tabela 1: Total de Matrículas/ sexo por modalidades de ensino da Educação básica no Brasil em 2012

Modalidade	Feminino	Masculino
Ensino Fundamental	48%	52%
Ensino Médio	54%	46%
EJA	51%	49%
Educação Profissional	53%	47%

Fonte: Mec/Inep, 2013.

Esses números revelam ainda mais, pois das 265 respostas sobre a ocupação dos alunos, apenas 9 se declararam do lar, apenas 3% do total. O fato de, em um universo em que 51% do público é feminino, apenas 3% responder a ocupação como do lar, confirma a tendência de inserção deste público no mercado de trabalho. Dado confirmado nas entrevistas, pois todas as mulheres com quem conversei trabalhavam ou estavam desempregadas. Nenhuma, entre elas, cuidava apenas das tarefas domésticas. As que o faziam não era por opção, mas pela condição momentânea de desemprego.

Autores como Castro, Barbosa e Barbosa (2011) relacionam o predomínio do público feminino no Proeja à natureza dos cursos. Mas, no caso do CPII, *campus* Centro, essa hipótese não se confirmou. Ao analisar dados referentes aos anos de 2006 a 2009, quando só existia o curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, deparei-me com uma maioria feminina de 64% dos matriculados. Já a partir de 2010, período em que foi criado o curso Técnico em Administração, a presença masculina foi maior no curso de informática (55%), enquanto que o de administração contou com a maioria feminina (75%).

Se considerarmos que geralmente as atividades de manutenção e suporte em computadores são ocupadas por homens, perceberemos que a predominância das mulheres foi independente do tipo de curso, o que se alinha com os dados nacionais, quando apresentam maior número de mulheres na escola a partir do Ensino Médio. Na verdade, o que esse público feminino buscou foi uma oportunidade de retornar aos estudos e ascender profissionalmente. Entretanto, quando lhes foi oferecida a opção de escolha entre as carreiras a seguir, então houve uma busca por aquela que mais se identificava com a sua realidade.

Não há uma restrição de idade máxima no Proeja, afinal trata-se de um programa de EJA. A faixa etária dos alunos que responderam aos questionários variou entre 20 até os 60 anos. Desde o início do curso, em 2006, até o ano de 2012, no *campus* Centro do CPII, o Proeja teve entre os seus alunos um total de 51% de jovens. Não é uma novidade que sejam maioria, afinal fazem parte do público alvo principal do Programa. Entretanto, considerando esta prerrogativa, em tese, o número de jovens deveria ser ainda maior. Chama a atenção a representatividade de 17% na faixa etária entre 40 e 50 anos e 6% na faixa entre 51 e 60 anos.

A maior parte dos alunos (39%) declarou receber um salário mínimo, e 25%, dois salários, configurando um número de 64% de alunos com renda entre um e dois salários mínimos. Apenas 6% do total de alunos matriculados possuem rendimentos a partir de quatro salários mínimos. Em 24% dos casos, a renda dos alunos é responsável por manter a família e em 36%, ajuda nessa manutenção. Somente em 16% dos casos se destina apenas à manutenção pessoal.

Na maior parte das situações, o trabalho não é mera opção, mas questão de sobrevivência. Provavelmente, se em determinada circunstância tiverem que optar entre trabalhar e continuar os estudos, como ocorreu em distintas

ocasiões ao longo da vida de alguns desses estudantes, muitos serão obrigados a optar pelo trabalho, nesse caso sinônimo de sobrevivência.

Para ajudar ainda mais na reflexão sobre a realidade econômica dos alunos, foi analisado o número de pessoas por residência, dos quais foi observado que 43% moram em casas com três ou quatro pessoas, 35% com mais de cinco pessoas e 4% convivem com mais de sete habitantes na mesma casa. Apenas 4% dos alunos moram sozinhos e 9% não responderam à pergunta do questionário.

A média nacional de pessoas por residência, segundo síntese dos indicadores sociais do IBGE de 2012, é de 3,1. Se observarmos esses dados referentes à região Sudeste, a média cai para 3,0 pessoas por residência. No caso específico da região metropolitana do Rio de Janeiro, a média é de 2,8.

Se considerarmos que 35% dos alunos do Proeja CPII, *campus* Centro, tem uma média de mais de cinco pessoas por residência, podemos afirmar que boa parte desse público está acima da média nacional e bastante acima da média da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Partindo da constatação de que a maior parte do grupo (64%) vive com uma renda de até 2 salários mínimos, podemos inferir que quanto maior o número de pessoas morando na mesma casa, provavelmente piores serão as condições de vida.

Dados do IBGE (2013) também apontam que, no país, 47,8% da população tinha, no ano de 2011, renda familiar de até 1 salário mínimo. Já no caso da região metropolitana do Rio de Janeiro, este número cai para 35,7%. Não temos como estabelecer uma comparação mais precisa desses dados gerais com os dos alunos do Proeja CPII, *campus* Centro, porque os questionários que eles responderam não investigaram renda familiar, apenas individual. Entretanto, se partirmos dos pressupostos de que boa parte dos alunos têm renda de um salário mínimo e, provavelmente a usam para manter famílias, que em muitos dos casos vivem com número de pessoas por residência superior ao da média nacional e da região metropolitana do Rio de Janeiro, não fica difícil inferir que o perfil econômico desses alunos aponta para rendas familiares abaixo dos números nacionais e principalmente da Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, apontando para difíceis condições de vida.

Esses dados da realidade socioeconômica dos alunos do Proeja no CPII, *campus* Centro, confirmam tratar-se de alunos, em sua maior parte, com baixa renda, que ao longo de suas vidas conciliaram escola e trabalho. São números compatíveis com a realidade do público da EJA em geral, composto por

peças economicamente desfavorecidas, que tiveram ao longo da vida o direito à educação negado e vislumbraram no Programa a possibilidade de recuperar ou de certo modo garantir a sua restituição.

Mas será que a estada dessas pessoas em uma escola de excelência viabilizada pelo Programa se concretizou em restituição desse direito em sua plenitude?

O Proeja e a realidade da educação de jovens e adultos no Colégio Pedro II

A partir das falas dos sujeitos envolvidos no Programa, foi possível perceber que a ocupação do lugar físico da EJA no CPPI não significou apropriação do espaço social que, infelizmente, ainda precisa ser conquistado em um sentido mais efetivo. Essa foi uma das inquietações apreendidas durante a realização da pesquisa. Houve casos de alunos que requeriam que o uniforme do Proeja fosse igual ao do regular, desejando ser reconhecido pela sociedade como aluno do Colégio Pedro II.

Entre funcionários, gestores e professores, foi recorrente a fala de que havia duas instituições diferentes: uma que atendia ao diurno e outra ao noturno. Não existiu uma organização por parte da administração para atender as demandas específicas do Proeja. Suas atividades, por exemplo, se encerravam no horário comercial, dificultando a atuação de gestores com relação a administração do Programa que funcionava no turno da noite.

Não ocorreu um preparo específico para os docentes trabalharem com a modalidade de EJA. Em alguns casos, professores afirmaram não perceber diferenças metodológicas entre o diurno e a educação de jovens e adultos. Sendo, lamentavelmente, segundo eles, aplicada como distinção entre os públicos a simples redução de conteúdo.

Trata-se de profissionais com ótima formação, muitos inclusive com pós-graduação, mas, sem qualquer preparo para EJA. Essa é, inclusive, uma expressão de negação da consolidação da educação de jovens e adultos como direito, pois na esteira desse reconhecimento está o de sua concepção enquanto modalidade de ensino da educação básica, o que implica tratar-se de especificidades cuja aplicação requer conhecimento e formação próprios, aspectos, inclusive, previstos no Documento Base do Proeja, porém não materializados na experiência estudada.

Não havia um critério definido, pelo menos no *campus* Centro do CPII, além da disponibilidade do horário noturno, para se trabalhar no Proeja. Alguns dos docentes, por outro lado, inclusive, afirmaram se sentirem discriminados por alguns colegas, por trabalharem no Programa. As críticas vão na direção de que os professores que atuam no Proeja assumem um trabalho mais fácil.

Entrevistas com funcionários revela, inclusive, que a especificidade da EJA requer uma formação própria abrangente a esses profissionais. Suas falas ressaltam dificuldades em se adequar ao trabalho com adultos. Conforme Freire (2008), tratar um adulto como criança significa tolher sua leitura de mundo e, conseqüentemente, negar sua vivência e identidade humanas historicamente construídas.

Para os alunos, apesar das reconhecidas dificuldades existentes, o fato de estarem em uma instituição de tamanho prestígio social é extremamente importante. Muitos veem a oportunidade como um formidável recomeço de suas vidas. Palavras como resgate e renovação da autoconfiança foram apreendidas em algumas falas. Uma aluna, por exemplo, colocou-se como uma pessoa que era totalmente desacreditada tanto pelos amigos quanto por si mesma, mas que o fato de conseguir estudar no CPII a fez sentir-se orgulhosa de si.

O diploma tem um significado especial para estes sujeitos. Ter o nome do CPII atrelado a sua história, segundo os egressos, é algo fantástico. Todavia, segundo relatos de egressos, muitos alunos ao concluir o curso encontram dificuldade para obter a certificação. Isso porque há uma exigência legal de que alunos de cursos técnicos precisem concluir uma carga horária específica de estágio. Alunos mais velhos, principalmente, não têm conseguido estágio em empresas.

O Proeja deveria prever, na sua concepção, a obrigatoriedade de as escolas também apresentarem uma política de estágio para os seus alunos no seu projeto. Por não existir essa política propriamente na proposta pedagógica de algumas escolas executoras do Programa, como no caso do CPII, a responsabilidade por conseguir o estágio passa a ser exclusivamente dos alunos.

Um caso emblemático é o de uma aluna de 65 anos que faz o curso técnico em Manutenção e Suporte em informática. Será que uma empresa abrirá com facilidade as suas portas para uma senhora de 65 anos trabalhar na área de Suporte e Manutenção de computadores?

Diferente do que é previsto no Documento Base do Proeja, parece que os cursos não foram criados de acordo com demandas sociais, mas sim com a conveniência da instituição. Embora a proposta do Proeja esteja voltada para

um público mais jovem, não se pode excluir de seu escopo os mais velhos, uma vez que é um programa voltado para a modalidade de educação de jovens e adultos. Por outro lado, não foi percebido nenhum tipo de estratégia para lidar com a questão.

Os alunos do Proeja são sujeitos que, apesar de suas limitações, participam da história da EJA na instituição também como protagonistas. Uma conquista importante é a garantia do funcionamento da Biblioteca no turno da noite que, segundo depoimentos de gestores e funcionários, é fruto de uma reivindicação dos alunos. Eles também reivindicam outros serviços que funcionam no turno diurno, como o atendimento médico, por exemplo, conforme relatado por uma funcionária. Entretanto, não lograram êxito em tais pleitos, sentindo-se, com isso, em patamares diferenciados em matéria de direitos, se comparados aos demais alunos da instituição.

Não são poucas as dificuldades que os alunos encontram no dia a dia para se manter no curso. Muitas delas relacionadas à difícil tarefa de conciliar longas e exaustivas jornadas de trabalho com os estudos. Deparei-me com casos de alunos que, por conta da distância de suas casas, dormiam aproximadamente 4 horas por noite.

Uma egressa relatou que durante um período do curso precisou trabalhar em dois plantões, o que a obrigava faltar bastante e ir às aulas muitas vezes sem dormir por mais de vinte quatro horas. Entretanto, laços sociais presentes nos relacionamentos entre os alunos, professores e até mesmo gestores e funcionários do Proeja no CPII *campus* Centro, exercem um importante papel na superação de desafios como esses.

Martuccelli (2010) defende que o laço social é o verdadeiro fundamento da vida social na América Latina. No caso desses sujeitos do Proeja no CPII, esses laços são estabelecidos de maneira a se confundir com a identidade do Programa na instituição. Egressos destacam os relacionamentos construídos ao longo do curso, com colegas, professores, gestores e funcionários como a principal característica do Proeja. Um deles afirmou, inclusive, que esta é uma marca que não existe em nenhuma outra instituição.

Em muitos casos, observamos que os laços sociais se transformam no que o próprio Martuccelli (2007, p. 71) define como suportes existenciais, ou seja, “[...] as maneiras efetivas como os indivíduos se sustentam no mundo e fazem frente aos crescentes imperativos sociais, aos quais estão submetidos”.

A egressa que precisou dobrar seus plantões, conta que só conseguiu concluir o curso por conta da ajuda dos alunos, professores, gestão e equipe do

Proeja de uma forma geral. Professores que, apesar das dificuldades relatadas, em muitos casos, fazem um grande esforço para atender os alunos da melhor maneira possível. Tanto que em todas as entrevistas realizadas, os alunos destacaram positivamente as relações com os docentes.

O olhar direcionado para os sujeitos da pesquisa – alunos, professores, gestores e funcionários –, permitiu-nos perceber que apesar de dificuldades, conforme algumas pontuadas acima, eles são protagonistas de uma esfera positiva, que acaba sendo usada como suporte por indivíduos que tem no Proeja desafios em comum.

Considerações Finais

Apesar do crescente esvaziamento sofrido pelo Proeja nos dias de hoje, legado pelo atual governo, ele ainda continua em andamento. Por esse motivo, os achados aqui compartilhados não são conclusivos. Pretendem contribuir para reflexões não apenas sobre o Proeja em si, mas sobre a EJA de uma forma geral.

Não podemos negar que o Proeja tem importantes contribuições, que de certa forma podem auxiliar na formulação de políticas e até mesmo na contínua luta que empreendemos na consolidação da educação de jovens e adultos como direito. A participação de sujeitos de distintos setores da sociedade civil na sua reformulação a partir de 2006, a proposta de associação da EJA com a educação profissional através da concepção de currículo integrado e a reserva legal de vagas para educação de jovens e adultos na Rede Federal, em linhas gerais, são aspectos que ratificam essas contribuições.

Por outro lado, elementos fundamentais do Programa não são aplicados na prática, pelo menos na experiência estudada, apontando para uma falha que se expressa na falta de um apoio e fiscalização na sua implantação e funcionamento nos estados e municípios. Com isso, aspectos que marcam diferenciais na proposta do Programa se perdem. O principal se relaciona ao currículo integrado, que no caso do CPII teve sua proposta substituída pela simples inclusão de disciplinas técnicas no currículo.

Outro importante ponto que precisa ser pensado em nível nacional está relacionado diretamente ao estágio. O Programa deveria ter uma política de estágio, ou até mesmo fomentá-la nas instituições que o abrigam.

A questão de diversidade geracional é comum na EJA e, nesse caso específico do estágio, precisa ser considerada de uma forma especial. Tal respon-

sabilidade não pode recair nos ombros dos alunos, que já enfrentam uma série de obstáculos para conseguir concluir o curso. Enfim, acabam se deparando com mais uma negação de direitos.

Um Programa que em seu Documento Base aponta a juventude como seu público potencial e apresenta apenas 51% de jovens entre seus alunos, como no caso estudado, precisa rever algumas estratégias. O que será que impede que um maior número de jovens cheguem até ele? Essa é uma questão que precisa ser pensada.

Outro desafio a ser considerado é de uma melhor adaptação à realidade dos alunos, que tem um perfil de trabalhadores, com baixa remuneração, na sua maior parte do sexo feminino e com filhos.

A educação de jovens e adultos possibilita maior flexibilidade nos horários e na organização curricular. Por que não usar isso para possibilitar uma estrutura de curso mais próxima à realidade dos alunos?

Há possibilidades de modelos não seriados que se adequam melhor aos casos desses sujeitos. Para minha surpresa, tive contato no momento do fechamento desse artigo, com um documento do Proeja do CPII, disponibilizado no site do Colégio, cujo um dos pleitos é dimensionar o horário dos cursos para 18:20 às 22:00.

Será que a realidade de alunos trabalhadores está sendo levada em conta para tal proposta? O que está por trás desse tipo de reivindicação, será a lógica conteudista? Essas são questões novas que precisam ser investigadas. Mas de antemão suponho a dificuldade que alunos trabalhadores terão em chegar à escola às 18:20 e, sobretudo, de permanecerem até as 22:00.

A ausência de uma formação específica de profissionais para trabalhar com a modalidade de educação de jovens e adultos precisa ser resolvida não apenas no âmbito do Proeja, mas na EJA de uma forma geral. A pesquisa revelou que essa formação faz falta não só aos professores, mas também a todos os profissionais que trabalham com esse público.

É louvável a iniciativa do Programa em estabelecer curso de pós-graduação e até mesmo de fomentar a pesquisa na área a partir de edital da Capes. Porém, em uma instituição como o CPII, em que a maioria dos professores já são pós-graduados, é difícil “convencê-los” a fazer uma nova especialização. Mesmo porque não se trata de uma área de interesse para boa parte deles. Como resolver esse impasse?

Uma possível solução nesse caso seria a realização de concursos específicos para trabalhar com a EJA, que é um assunto que precisa ser resolvido. O

reconhecimento da EJA como modalidade de ensino da educação básica está relacionado com a sua apreensão como direito. Sem sombra de dúvida, um passo fundamental para a sua consolidação é a garantia de docentes com uma formação específica para trabalhar com a educação de jovens e adultos.

Por outro lado, a pesquisa demonstrou aspectos aparentemente simples, mas fundamentais, na conquista do direito à EJA. Um deles é o funcionamento da biblioteca no turno da noite. Embora tenha conhecido alunos que nunca tinham entrado nela, tive contato com frequentadores assíduos, que inclusive afirmaram ter adquirido o hábito de leitura por influência da mesma.

Os sujeitos entrevistados no *campus* Centro do CPII mostraram que são eles que, apesar de limitações, fazem o Proeja acontecer. Mesmo diante de certa ausência da instituição em relação ao Programa, conseguem criar um ambiente que contribui para que muitos alunos concluam a sonhada formação.

O Proeja abriu, no plano legal, de proposta política, o caminho para importantes avanços nos campos da EJA e da educação profissional. Adensar o debate do currículo integrado na concepção do trabalho como princípio educativo exemplifica isso. Contudo, muitos desses avanços precisam ser requeridos para que não se percam.

A experiência de pesquisa aqui compartilhada reafirma a convicção de que entre os caminhos que se descortinam para pensarmos a EJA contemporânea está o de ampliação da voz dos sujeitos da educação de jovens e adultos. Eles têm, certamente, muito a dizer e a ensinar sobre a EJA.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal da República do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2010.

_____. **Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá o utras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 jul. 2006. Seção 1. ,

_____. **PROEJA** – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio. Documento Base. Brasília, DF: MEC, 2007.

CAMPOS, M. M.; HADDAD, S. O direito humano à educação escolar pública de qualidade. In: HADDAD, S.; GRACIANO, M. (orgs.). **A educação entre os direitos humanos**. Campinas: Autores associados, 2006. p. 95-125.

CASTRO, M. D. R. de; BARBOSA, S. C. & BARBOSA, W. O Proeja e as Características de seus Estudantes: Contextualização, limites e riscos. In: MACHADO, M. M.; RODRIGUES, M. E. de C. **Educação dos trabalhadores: políticas e projetos em disputas**. Campinas: Mercado das letras, 2011. p. 125-148.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessário à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FRIGOTTO, G. Concepções e Mudanças no Mundo do Trabalho e o Ensino Médio. In: FRIGOTTO, G.; RAMOS, M.; CIAVATTA, M. (orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 57- 82.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INEP. **Censo da educação básica**: 2012 – resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

MACHADO, M. M. A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública. **Em Aberto: Educação de Jovens e Adultos**, Brasília, v. 22, n. 82, p. 17-39, nov. 2009.

MARTUCCELLI, D. **¿Existen individuos em El ASur?** Santiago: LOM Ediciones, 2010.

_____. **Cambio de rumbo**: la sociedad a escala del individuo. Santiago: LOM Ediciones, 2007.

MOURA, D. H.; PINHEIRO, R. A. Currículo e formação humana no ensino médio técnico integrado de jovens e adultos. **Em Aberto: Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, v. 22, n. 82, p. 91-108, nov. 2009.

PAIVA, Jane. A construção coletiva da política de educação de jovens e adultos no Brasil. **Em Aberto: Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, v. 22, n. 82, p. 59-71, nov. 2009.

SANTOS, Valdete Simone dos. Possibilidades para a EJA, possibilidade para a educação profissional: Proeja. In: **31ª reunião anual da ANPED**. Caxambu: 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT18-4024--Int.pdf>> Acesso em 23 jul. 2013.